

Collor pode perder mais com o segundo turno

O ministro Jarbas Passarinho vai passando com dificuldades pela primeira etapa do seu trabalho no Ministério da Justiça. Tratou-se de fazer tramitar pelo Congresso com o mínimo de perdas projetos e vetos do interesse do governo. O ministro saiu parcialmente vitorioso graças ao apoio do Senado, a sua casa, em cuja composição encontrou, como supunha, os indispensáveis elementos de contenção. Resta saber agora se, finda a atual legislatura, o novo Congresso a instalar-se em fevereiro será mais ou menos compassivo em relação à política do presidente Collor. Essa a tarefa principal do ministro da Justiça, não diremos o seu teste pois quem exerce um ministério pela quarta vez já teria supostamente atravessado todos os testes.

A mobilização anti-Collor no atual Congresso poderá ser alimentada pelas mesmas circunstâncias que adensaram nas últimas semanas a oposição ao governo. A principal delas é a resistência da inflação que, malgrado o otimismo oficial, ameaça retomar seu velho impulso espiralante. É difícil com uma taxa inflacionária de 15% ao mês recusar reparações salariais, pois os preços simplesmente não foram contidos, como confirmou à nação, pela simples exibição



do seu talão de cheques, o ministro Passarinho. Há circunstâncias agravantes, como os problemas que emergem em diversas áreas administrativas e políticas bem como pela insuficiência de programas que aliciem e mobilizem.

Finalmente há uma terceira fonte de dificuldades e por ela deve ser louvado o presidente da República, que não tem cedido a pressões que a própria opinião rejeita como nocivas ao serviço público. Trata-se do velho fisiologismo político e parlamentar, que em outros tempos suscitou o "é dando que se recebe" e agora ressurge com a encampação do "bateu, levou", atribuído ao porta-voz do chefe do governo. O voto parlamentar não pode ser condicionado pelo atendimento a pleitos destituídos de respeito à administração, como o preenchimento de cargos públicos por indicação de políticos ou a ajuda negociada a programas estaduais e municipais. Sob esse aspecto Collor cresce na medida em que não atende ao PFL, ao PTB e ao PDS, que consideram legítima uma contraprestação pelos serviços que eventualmente seus deputados prestem ao governo. O serviço obviamente não deveria ser considerado como prestado ao governo, mas à nação, e a contrapartida seria o bem-estar do país.